

Análise da produção e distribuição de riqueza: estudo das companhias de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009 a 2011

VINICIUS DOS SANTOS PELEGRINI NEVES

Universidade Federal do Paraná - UFPR
vspn22@hotmail.com

LUCIANA KLEIN

Universidade Federal do Paraná - UFPR
klein_luciana@hotmail.com

STELLA MARIS LIMA ALTOÉ

Universidade Federal do Paraná - UFPR
stella.altoe@gmail.com

ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO

Universidade Federal do Paraná - UFPR
rdcolauto.ufpr@gmail.com

1. Introdução

O cenário mundial vem trazendo muitas transformações em vários segmentos da sociedade (político, econômico e social), que impactam diretamente no ambiente empresarial, por isso as empresas precisam se reinventar constantemente, por meio de novas técnicas, com o objetivo de se manter neste novo ambiente.

Assim, algumas empresas optam por adotar uma posição de cuidar para que se consolide não apenas os interesses dos acionistas, mas sim, de todos os demais *stakeholders*, como seus colaboradores, financiadores, acionistas e governo, no intuito de utilizar este recurso, perante a sociedade, como um diferencial para tentar vencer a concorrência (WELTER; OBERGER; VANZELLA, 2005). Com isso, surge a Demonstração do Valor Adicionado, denominada DVA, que vem como uma demonstração financeira que visa informar a geração de riquezas da empresa e também como foram distribuídas essas riquezas entre seus empregados, financiadores, acionistas e governo.

Para tanto, segundo Evraert e Riahi-Belkaoui (1998), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), tem como objetivo informar a riqueza criada pelas empresas, todavia sob a ótica do proprietário, que considera a parte de terceiros (capitalistas, empregados e governo) como despesas ou custos, pois sob essa ótica representam redução no lucro. Welter (2005), ainda complementa que a DVA apresenta-se como uma forma de a empresa prestar contas à sociedade, pois enquanto a DRE busca apenas demonstrar o lucro da empresa a seus proprietários, a DVA vai mais além, demonstra as fontes de geração de suas riquezas e quem está sendo beneficiado com as mesmas.

Essa ferramenta não está apenas direcionada aos proprietários da empresa, mas à sociedade em geral, pois evidencia a real contribuição da entidade aos diversos fatores econômicos da sociedade. Todavia, a pesquisa pretende-se responder a seguinte questão-problema: **Qual o comportamento dos indicadores de geração e distribuição de riquezas obtidos por meio da Demonstração do Valor Adicionado em empresas de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009-2011?** Desta forma o objetivo deste trabalho consiste em analisar o comportamento dos indicadores de geração e distribuição de riqueza obtidos por meio da Demonstração do Valor Adicionado em empresas de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009-2011.

Segundo Neves e Viceconti (2002), alguns países exigem que as empresas internacionais que tem o interesse de se instalar no país evidenciem qual o valor adicionado pretendem gerar, pois seria interessante mensurar a nova riqueza gerada (valor adicionado no país), como também a forma que esta riqueza será distribuída. Por isso afirmam que a DRE e a DVA têm enfoques bem diferentes e também objetivos distintos, o que as torna complementares e imprescindíveis, pois a elaboração e divulgação de ambas atende de forma eficaz a necessidade que os usuários possuem de informações adicionais às atuais demonstrações contábeis obrigatórias.

Os autores ainda enfatizam que a DVA demonstra de forma clara e precisa a parte da riqueza que pertence aos sócios ou acionistas, e a que concerne aos demais capitalistas que financiam a entidade (capital de terceiros), a que pertence aos empregados e finalmente à parte que compete ao governo. Neste contexto, justifica-se o estudo aqui proposto, uma vez que segundo Welter, Oberger e Vanzella (2005) essa ferramenta não está apenas direcionada aos proprietários da empresa, mas à sociedade em geral, pois evidencia a real contribuição da entidade para a sociedade.

2. Referencial teórico

2.1 Aspectos conceituais da Demonstração de Valor Adicionado

Conforme Riahi-Belkaoui (1992) a DVA ficou conhecida no final dos anos 70 em vários países europeus, com a publicação do *Corporate Report*, em 1975, pelo *Accounting*

Standards Steering Committee, que recomendava uma demonstração que evidenciasse como eram distribuídas as riquezas da empresa entre empregados, provedores de capital, governo e investidores. Segundo o mesmo autor, a recomendação foi aceita pelo governo do Reino Unido em 1977, a DVA foi considerada como futuro das demonstrações das empresas por meio de uma proposta legislativa.

No Brasil, a elaboração e divulgação da DVA eram incentivadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde 1992. Porém apenas em 2007, tornou-se obrigatória a sua divulgação para companhias abertas, conforme Lei nº 11.638/07. Segundo Neves e Viceconti (2002) a DVA é um instrumento contábil que tem como objetivo à identificação da riqueza gerada pela empresa, ou seja, o modo com que a companhia agrega valor à economia do país. Este demonstrativo foi criado tendo em vista que a DRE ilustra apenas qual a parcela da riqueza criada que, efetivamente, permanece na empresa na forma de lucro o que não identifica as outras gerações de riqueza, bem como as demais demonstrações financeiras também não são capazes de identificar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire. As demonstrações mencionadas não identificam ainda, quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados.

O conceito de valor adicionado pode ser delimitado no âmbito de uma informação econômico-financeira que foi gerada por uma entidade durante um certo período de tempo e, simultaneamente, como este valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para a sua criação. Ou seja, é a demonstração contábil que divulga a geração da riqueza produzida pela própria empresa, mediante suas próprias atividades, e a retribuição aos componentes econômicos que formaram esse valor adicionado (GALLIZO LARRAZ, 1990b).

Para a elaboração da DVA, foi emitido o pronunciamento técnico CPC 09 (2008) pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelecendo regras de elaboração e divulgação. O mesmo destaca que a DVA compõe o Balanço Social e que os dados para sua elaboração são obtidos principalmente pela DRE e que modelo deve ser constituído de duas partes. A primeira destina-se a demonstrar como foi gerada a riqueza pela empresa:

Receita – Insumos Adquiridos de Terceiros – Depreciação, Amortização e Exaustão + Valor Adicionado Recebido em Transferência

A segunda parte da DVA, conforme Machado, Macedo e Machado (2011), tem como finalidade expor como a riqueza gerada é distribuída entre os agentes que contribuíram para a sua geração: (i) Funcionários: através dos salários, benefícios e FGTS recebidos; (ii) Governo: através dos tributos; (iii) Investidores: por meio de remuneração de capitais de terceiros, juros, alugueis, direitos autorais, entre outros; e (iv) Sócios: remuneração do capital próprio.

De acordo com De Luca (1998) a DVA é a parte do balanço social destinada a apresentar informações de natureza econômica aos vários usuários, demonstrando o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade. Machado, Macedo e Machado (2011) afirma que pela existência de um modelo padrão, a DVA tem mais notoriedade dentro do Balanço Social, pois com a obrigatoriedade de sua publicação para as companhias abertas e a utilização de dados provenientes da contabilidade para sua elaboração, permite uma maior credibilidade, sobretudo, quando as demonstrações contábeis são auditadas. Por tais motivos, percebe-se que, em virtude de sua importância, a DVA pode ser vista tanto como uma vertente econômica do Balanço Social, como também, a vertente social das Demonstrações Contábeis.

Portanto, Welter, Oberger e Vanzella (2005) considera a DVA como um grande diferencial para a empresa, pois, enquanto a DRE apenas demonstra qual foi o lucro, ela mostra toda a riqueza gerada pela empresa e de que maneira a mesma será distribuída.

2.2 Indicadores de desempenho obtidos da Demonstração de Valor Adicionado

Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (FIEPECAFI, 2003) a DVA é composta por duas partes, sendo que a primeira mostra a geração do valor adicionado e a segunda a distribuição deste valor, conforme Quadro 1.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
DESCRIÇÃO	20X1	20X2
1-RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)		
1.3) Não operacionais		
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-Primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições.		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		

Quadro 1 - Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: FIEPECAFI (2003, p.453)

De acordo com o mesmo autor, a parte das receitas, no modelo, é composto pelo valor das vendas de mercadorias, antes da dedução de impostos, ICMS e IPI, pelo valor da reversão ou constituição da provisão para devedores duvidosos e pelos valores não operacionais, considerados fora das atividades principais da empresa.

O segundo item do modelo são os insumos adquiridos de terceiros, que é constituído por matérias-primas consumidas, custos das mercadorias e serviços vendidos, perda ou recuperação de valores ativos e por materiais, energia, serviços de terceiros e outros, além do ICMS e IPI incluídos no momento das compras.

O valor adicionado bruto representa a diferença entre as receitas e insumos adquiridos de terceiros. O item 4 do quadro mostra as retenções que é composto pela depreciação, pela amortização e pela exaustão contabilizadas no período. O item 5 do quadro mostra o valor adicionado líquido produzido pela entidade, que representa a diferença entre o valor adicionado bruto (item 3) e as retenções (item 4). O Valor adicionado recebido em

transferência mostra a soma do resultado da equivalência patrimonial com as receitas financeiras. O item 7 representa o valor adicionado total a distribuir, que seria a soma entre o item 5, valor adicionado líquido com o item 6, valor adicionado recebido em transferências, e por fim sua é evidenciada no item 8.

Conforme Almeida, Martins e Almeida (2009), o modelo da DVA criado pela FIPECAFI sugere alguns indicadores para análise dos dados extraídos, conforme Quadro 2.

Indicadores	Fórmulas	Objetivos
Percentual de Vendas no valor da Receita Total	$PVRT = \frac{VENDAS}{RECEITAS} \times 100$	Mede o percentual de participação das Vendas no valor da Receita total da empresa.
Percentual da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor da Receita Total	$PPDDRT = \frac{CPDD}{RECEITAS} \times 100$	Mede o percentual de participação da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor total da Receita da empresa
Percentual de Receitas Não Operacionais no valor da Receita Total	$PNORT = \frac{RNO}{RECEITAS} \times 100$	Mede o percentual de participação das Receitas Não-operacionais no valor da Receita Total
Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita	$GVAR = \frac{VAB}{RECEITAS} \times 100$	Mede o quanto da Receita total a empresa consegue agregar como Valor Adicionado Bruto
Grau de Contribuição para Riqueza de Terceiros	$GCRT = \frac{Ins + Re\ t}{RT} \times 100$	Mostra o quanto da Receita Total é empregado para pagamento de terceiros
Grau de Produção de Riqueza Própria	$GPRP = \frac{VALPE}{VATD} \times 100$	Mede o quanto do valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente da produção da empresa
Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência	$GRRT = \frac{VART}{VATD} \times 100$	Este indicador mede o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente de recebimento de terceiros
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados	$PDVAE = \frac{DVAE}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir destinado aos empregados
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo	$PDVAG = \frac{DVAG}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir destinado ao Governo
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas	$PDVAA = \frac{DVAA}{VATD} \times 100$	Este indicador mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir destinado aos Acionistas
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado as Instituições Financeiras	$PDVAIF = \frac{DVAIF}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir destinado as Instituições Financeiras
Percentual de Retenção do Valor Adicionado	$PRVA = \frac{LR}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir retido pela empresa

Quadro 2 - Sugestão de Indicadores para análise da DVA

- PVRT (Percentual de Vendas sobre o valor da Receita Total): Este indicador evidencia o percentual das vendas dentro da receita total.
- PPDDRT (Percentual da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos sobre o valor da Receita Total): Este indicador mensura o percentual de participação da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor total da Receita da empresa.
- PNORT (Percentual de Receitas Não Operacionais sobre o valor da Receita Total): Este indicador mensura o percentual de participação das Receitas Não-operacionais, a qual se conceitua por serem aquelas decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais da empresa, no valor da Receita Total.
- GVAR (Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita): Este índice indica qual o percentual da Receita Total sob a forma de Valor Adicionado Bruto.
- GCRT (Grau de Contribuição para Riqueza de Terceiros): Este índice indica qual o percentual de contribuição de uma entidade na formação de riqueza de terceiros, ou seja indicará o quanto de riqueza gerada pela empresa está sendo transferida para outras entidades.
- GPRP (Grau de Produção de Riqueza Própria): Este indicador mensura a capacidade real da entidade em produzir riqueza.
- GRRT (Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência): Este índice indica do total do valor adicionado a distribuir pela empresa o percentual correspondente a transferências (provenientes de participações em investimentos relevantes e receitas financeiras) e adicionados à riqueza líquida produzida pela mesma.
- PDVAE (Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados): Este índice mensura o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir é destinado aos empregados da entidade.
- PDVAG (Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo): Este indicador mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir é destinado ao Governo, através de impostos, taxas e contribuições.
- PDVAA (Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas): Este índice mostra o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir é destinado aos acionistas, através de dividendos e juros sobre capital próprio.
- PDVAIF (Percentual de Distribuição do Valor Adicionado as Instituições Financeiras): Este indicador mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir são destinadas as Instituições Financeiras.
- PRVA (Percentual de Retenção do Valor Adicionado): Este indicador mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir é retido pela empresa.

3 Metodologia

Para atender ao objetivo proposto, realizou-se estudo descritivo. Tendo em vista que no trabalho são descritas as particularidades das informações evidenciadas na DVA das empresas analisadas. A abordagem do problema tem caráter exploratório, que segundo Beuren (2003) no estudo exploratório o assunto abordado é tratado com profundidade para construir questões fundamentais que nortearão a pesquisa. Destarte, tem-se um estudo qualitativo.

No que tange os procedimentos, tem-se uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois fundamenta-se em materiais já elaborados com foco a analisar e interpretar as contribuições científicas existentes. Documental por utilizar de relatórios, arquivos públicos, entre outros.

Para responder à questão de pesquisa, a amostra foi constituída pelas – Cia. Ferro Ligas da Bahia (FERBASA); Cia. Siderúrgica Nacional (CSN); Gerdau S.A; e Usinas

Siderúrgica de Minas Gerais S.A (USIMINAS) – listadas na BMF&Bovespa e pertencente ao setor siderúrgico. Foram selecionadas as Demonstrações de Valor Adicionado no período de 2009 a 2011.

Ressalta-se a relevância das empresas deste estudo:

- **Cia. de Ferro Ligas da Bahia (FERBASA):** é a maior fabricante de Ferro Ligas do Brasil e única produtora integrada de ferro cromo das Américas, foi fundada em 23 de fevereiro de 1961 pelo engenheiro José Corgosinho de Carvalho Filho. A Ferbasa iniciou suas atividades no município de Campo Formoso, Bahia, no ramo de mineração, com o objetivo de produzir ferro cromo. É conhecida pelo desenvolvimento de produtos de alta qualidade e forte atuação no trabalho social.
- **Cia. Siderúrgica Nacional (CSN):** fundada em 9 de abril de 1941 como a primeira produtora integrada de aço plano no Brasil. Seu aço viabilizou a implantação das primeiras indústrias nacionais. Privatizada em 1993, tem estratégia integrada e alinhada ao negócio principal assegura posição de liderança no setor siderúrgico brasileiro.
- **GERDAU S.A.:** líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo. É a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço. Seus produtos são comercializados nos cinco continentes, pois atende setores da construção civil, indústria e agropecuário.
- **Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS):** atua no mercado brasileiro de aços planos, em toda cadeia produtiva, da extração do minério até transformação do aço em bens manufaturados, como equipamentos e estruturas metálicas de grande porte.

Após a coleta de dados, utilizou-se os indicadores (GPRP, GRRT, PDVAE, PDVAG, PDVAIF, PDVAA, PRVA) propostos pela Fipecafi (2008) com o intuito de verificar a geração e distribuição de riquezas das empresas de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009-2011.

4 Análise dos Resultados

As informações coletadas para a pesquisa foram extraídas das DVA das quatro empresas relacionadas ao setor siderúrgico que publicam na BMF&Bovespa e foram submetidas à análise para a identificação da riqueza gerada pela empresa no período de 2009 a 2011 e como esta riqueza foi distribuída entre os *stakeholders*.

4.1 Cia. Ferro Ligas da Bahia (FERBASA)

Conforme informações coletadas das Demonstrações, pode-se notar que a empresa Cia. Ferro Ligas da Bahia, quanto ao Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), que representa o percentual de riqueza produzido pela empresa, no período analisado foi acima de 80%, sendo que o menor nível ocorreu em 2009, com 83,17%, e o maior aconteceu em 2010 com 90,42%, conforme Tabela 1.

Tabela 1- Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Cia Ferro Ligas da Bahia

Índices	Período		
	2009	2010	2011
Grau de Riqueza Própria (GPRP)	83,17	90,42	88,83
Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT)	16,83	9,58	11,17
Total	100	100	100

Fonte: Os autores (2013)

Com relação ao Grau de Recebido em Transferências (GRRT), que demonstra o percentual da riqueza agregada proveniente de terceiros, o qual engloba a receita financeira, receitas de equivalência patrimonial, a receita de aluguéis e de amortização e ágios, evidencia o inverso sendo que o menor índice aconteceu em 2010, com 9,58%. No período analisado, em média, a empresa criou 87,48% de sua riqueza agregada enquanto que 12,52% foram riquezas provenientes de terceiros.

Com base na tabela de distribuição da riqueza agregada aos *stakeholders* que estão relacionados à sua criação, em 2009 a maior parte das riquezas ficaram divididas entre os empregados (PDVAE) 45,25% e o governo (PDVAG), com 41,27%. Enquanto que em 2010 apresentou uma queda no percentual distribuído para empregados e governo, sendo o menor nível do período, com 35,32% e 32,23%, respectivamente. Porém neste mesmo ano houve um grande aumento retenção em forma de lucros, com 24,43% (TABELA 2).

Tabela 2 - Índice de Distribuição do Valor Adicionado da Cia Ferro Ligas da Bahia

Distribuição de Riqueza CIA FERRO LIGAS DA BAHIA			
Período	2009	2010	2011
Empregados (PDVAE)	45,25	35,32	42,01
Governo (PDVAG)	41,27	32,23	35,66
Inst. Financeiras (PDVAIF)	2,46	1,99	1,13
Acionistas (PDVAA)	3,37	6,02	5,08
Lucros (PRVA)	7,66	24,43	16,13
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Os autores (2013)

Em média, no período estudado, a maior parte do Valor Adicionado ficou distribuído entre os empregados e o governo, com 40,86% e 36,39%, respectivamente. Com relação aos Lucros acumulados incorporados ao Patrimônio Líquido, a Cia. Ferro Ligas da Bahia destinou 16,07% de sua riqueza. Já para os acionistas foram repassados 4,82%, por meio de juros sobre capital próprio e dividendos, e as instituições financeiras ficaram com 1,86% da riqueza agregada da empresa.

4.2 Cia. Siderúrgica Nacional (CSN)

A Cia. Siderúrgica Nacional, no que diz respeito ao Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), no período analisado teve seu maior índice em 2010 com 99,23% e o menor em 2011, indicando que 76,46% da riqueza agregada foi gerada pela própria empresa.

Tabela 3 - Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Companhia Siderúrgica Nacional

Índices	Período		
	2009	2010	2011
Grau de Riqueza Própria (GPRP)	88,25	99,23	76,46
Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT)	11,75	0,77	23,54
Total	100	100	100

Fonte: Os autores (2013)

Com relação ao percentual da riqueza agregada que foi proveniente de terceiros, representada pelo índice GRRT (Grau de Riqueza Recebida em Transferência), nota-se que o menor percentual ocorreu em 2010, equivalente a 0,77% e o maior em 2011 correspondendo a 23,54% da receita agregada total. Percebe-se que em média no período analisado 88,76% da riqueza agregada da CSN foi criada pela própria empresa e apenas 11,24% foi recebida por transferência.

Observando a tabela de distribuição de riqueza aos *stakeholders* percebe-se que com relação ao Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados (PDVAE) o maior percentual ocorreu em 2010 com 16,91% do total da riqueza agregada, que em 2011 reduziu o valor do índice para 12,37%, sendo o menor nível no período analisado.

Tabela 4 - Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Companhia Siderúrgica Nacional

Distribuição de Riqueza CSN			
Período	2009	2010	2011
Empregados (PDVAE)	16,17	16,91	12,37
Governo (PDVAG)	36,87	27,95	16,87
Inst. Financeiras (PDVAIF)	5,60	23,03	40,22
Acionistas (PDVAA)	28,78	23,70	7,80
Lucros (PRVA)	12,57	8,42	22,74
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Os autores (2013)

No ano de 2009, o Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo (PDVAG) da CSN foi de 36,87%, o maior percentual no período analisado. Já em 2011, este índice reduziu para 16,87%, representando o menor nível do período. Quanto ao Percentual do Valor Adicionado às Instituições Financeiras (PDVAIF) houve menor percentual no ano de 2009, com o recebimento de apenas 5,60% da riqueza agregada da CSN, enquanto nos anos seguintes ocorreu um aumento considerável, sendo que em 2011 foi o maior nível no período analisado, com recebimento de 40,22%.

O Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas (PDVAA), remunerou seus acionistas com 28,78%, maior percentual no período e em 2011 este índice reduziu para 7,80%. Com relação ao Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA), em 2010 a CSN teve seu menor percentual de retenção, correspondendo a 8,42% do valor adicionado e em 2011 este índice subiu para 22,74%, sendo o maior índice do período.

Em média, no período analisado, nota-se que a Distribuição do Valor Adicionado da CSN foi equilibrado, sendo que 27,01% foram repassados para o governo, 23,55% destinados a pagamentos de despesas financeiras e aluguéis, e 19,91% remunerou os acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio. No que tange os empregados, a CSN destinou 16,02% de sua riqueza agregada, e reteve lucros, em média, correspondente a 14,61% do valor adicionado.

4.3 Gerdau S.A

Na empresa Gerdau, quanto ao percentual de riqueza agregada total foi produzida pela empresa, indicada pelo Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), mostra que no período analisado os índices foram superiores a 90%, sendo que o maior percentual ocorreu em 2010, com 96,25%, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Gerdau S.A.

Índices	Período		
	2009	2010	2011
Grau de Riqueza Própria (GPRP)	94,69	96,25	94,54
Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT)	5,31	3,75	5,46
Total	100	100	100

Fonte: Os autores (2013)

Com relação ao Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros (GRRT), que mede o percentual da riqueza agregada foi proveniente de transferências de terceiros, tem-se ao inverso da GPRP, o menor nível ocorreu em 2010, quando o percentual foi de 3,75%.

Em média, no período analisado, apenas 4,84% da riqueza da Gerdau foi referente à receita financeira, de aluguéis e equivalência patrimonial, ou seja, por transferências, a maior parte da riqueza agregada total foi criada pela própria empresa, 95,16%.

Quanto à distribuição da riqueza entre os *stakeholders*, o estudo mostra que o ano onde os empregados (PDVAE) tiveram maior percentual de distribuição foi em 2009 com 54,14%, com acentuada redução em 2010, resultando em 39,85%. Nota-se também que nesse mesmo período houve um grande aumento no percentual da distribuição da riqueza agregada repassada às instituições financeiras (PDVAIF), que em 2009 foi 3,91% e em 2010, 9,66%. No que diz respeito ao Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA), que indica o percentual que a empresa reteve em lucros, em 2010 a Gerdau S.A, reteve o maior percentual com 18,16% (TABELA 6).

Tabela 6 - Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Gerdau S.A.

Distribuição de Riqueza GERDAU S.A			
Período	2009	2010	2011
Empregados (PDVAE)	54,14	39,85	41,92
Governo (PDVAG)	25,19	24,15	26,49
Inst. Financeiras (PDVAIF)	3,91	9,66	10,09
Acionistas (PDVAA)	10,10	8,19	6,32
Lucros (PRVA)	6,66	18,16	15,18
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Os autores (2013)

Percebe-se que, em média, no período estudado, 45,30% da riqueza agregada da Gerdau foi destinada aos colaboradores, 25,28% ao governo e 13,33% ao Patrimônio Líquido. Os acionistas foram remunerados com 8,20% e 7,89% foram consumidos como pagamentos de aluguéis e despesas financeiras.

4.4 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS)

Segundo as informações coletadas sobre a Usiminas, nota-se, com relação ao Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), que o maior índice do período estudado ocorreu em 2010 com 84,33% de riqueza produzida pela empresa, sendo que nos outros anos o indicador ficou abaixo de 80%.

Tabela 7 - Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Usiminas

Índices	Período		
	2009	2010	2011
Grau de Riqueza Própria (GPRP)	71,50	84,33	77,56
Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT)	28,50	15,67	22,44
Total	100	100	100

Fonte: Os autores (2013)

Em contrapartida, percebe-se que ao inverso da GPRP, o menor índice do Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT), aconteceu também em 2010, com 15,67% da riqueza proveniente de terceiros e o maior índice ocorreu em 2010, com 28,50%. No período analisado, em média, 77,79% da Riqueza agregada total da Usiminas foi gerada pela própria empresa, o que indica que 22,21% ocorreu por meio de transferências.

Quanto à distribuição da riqueza, nota-se que o maior percentual de distribuição do Valor Adicionado aos empregados (PDVAE) ocorreu em 2011, com 48,22%, pode se afirmar que houve um aumento substancial, pois nos períodos anteriores analisados esta distribuição correspondia a menos de 30%.

Tabela 8 - Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Usiminas

Distribuição de Riqueza USIMINAS			
Período	2009	2010	2011
Empregados (PDVAE)	20,69	26,10	48,22
Governo (PDVAG)	45,72	36,79	18,00
Inst. Financeiras (PDVAIF)	9,27	10,15	17,40
Acionistas (PDVAA)	8,98	9,37	2,19
Lucros (PRVA)	15,34	17,60	14,19
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Os autores (2013)

No ano de 2009 o Percentual de Distribuição do Valor Adicionado destinado ao Governo (PDVAG) foi de 45,72%, sendo equivalente ao maior percentual de participação. Em contra partida em 2011, o foi remunerado em 18%, representando o menor percentual deste *stakeholder* no período analisado. Com relação ao Percentual de Distribuição do Valor Adicionado as Instituições Financeiras (PDVAIF), o maior índice ocorreu em 2011, onde houve o recebimento de 17,40% da riqueza agregada da Usiminas e o menor percentual em 2009, com participação de 9,27%.

O Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas (PDVAA), o qual indica o quanto foi repassado aos acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio, foi maior em 2010 com 9,37% e o menor índice ocorreu em 2011 correspondendo a 2,19% do valor total agregado. O Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA) da Usiminas, obteve seu maior índice de retenção de lucros em 2010, com 17,60%, e em 2011 a empresa reteve menos lucros, representando 14,19%.

Na Usiminas, no período analisado em média 33,51% do valor total agregado foi destinado ao governo, sendo que 31,67% corresponde a fatia destinada aos empregados, e 15,71% foram incorporados ao Patrimônio Líquido. A empresa destinou 12,27% de sua riqueza às instituições financeiras, e remunerou os acionistas com percentual remanescente equivalente a 6,85% do seu valor total agregado.

5 Conclusão

O objetivo do trabalho consistiu em verificar o comportamento dos indicadores de geração e distribuição de riqueza obtidos por meio da DVA em empresas de capital aberto do setor de siderurgia. Para tanto foram selecionadas DVA no período de 2009 a 2011, de quatro empresas do setor siderúrgico, listadas nas BMF&Bovespa. Além disso, utilizou-se índices que permitem o usuário externo efetuar análises da DVA com relação à riqueza gerada pelas empresas.

Na análise dos dados constatou-se que 95,16% da riqueza agregada da Gerdau S.A., é gerada pela própria empresa e, apenas, 4,84% é recebida de transferência. Enquanto que na Usiminas, 77,79% da riqueza é gerada pela empresa e 22,21% é recebida por transferência. Isto mostra uma grande diferença na geração de riqueza entre as duas empresas, enquanto uma gera riqueza acima de 90% a outra está abaixo de 80%, deste modo os índices sugeridos proporcionam aos usuários externos extrair informações complementares que ajudam na sua tomada de decisão.

Outras análises importantes que a DVA proporciona são quanto à distribuição da riqueza, como na CSN, onde se constatou que a maior fatia de sua riqueza agregada destinou-se ao governo, com uma média de 27,01% no período analisado. Nota-se, também, que 23,55% de sua riqueza foi repassada às Instituições Financeiras e 19,91% foram direcionados aos acionistas, por meio de dividendos e juros sobre capital próprio. Os empregados ficaram com uma parcela de 15,02%, enquanto que 14,51% da riqueza foi agregada ao seu Patrimônio Líquido, por meio de lucros retidos.

Já na empresa Ferbasa, nota-se um cenário diferente, onde, no período estudado, a maior parte de sua riqueza agregada total destinou-se aos empregados, equivalente a 40,86%. O governo ficou com a fatia de 36,39% da riqueza, enquanto que 16,07% foram lucros retidos. Aos acionistas foram repassados 4,82%, e o menor percentual, 1,86%, foi destinado às instituições financeiras para suprimento das despesas de juros e aluguéis.

Deste modo, percebe-se que é relevante para os usuários externos a análise da DVA por meio dos índices propostos no estudo, pois estes possibilitam uma visão mais contundente de como são geradas as riquezas das empresas e de como estas riquezas são distribuídas para os *stakeholders*.

Como recomendações para trabalhos futuros, reitera-se a necessidade de prosseguir as pesquisas sobre a DVA, abrangendo outros segmentos empresariais, dada a relevância do tema para a sociedade e organizações.

Referências

ALMEIDA, Neirilaine Silva; MARTINS, Vidigal Fernandes; ALMEIDA, Liliane Silva; SOARES, Marlon José F. “A Utilização da Demonstração do Valor Adicionado na Análise da Produção e Distribuição de Riqueza entre os *Stakeholders*; Um Estudo de Caso da Petrobrás”. **RIC - Revista de Informação Contábil**, v.3, n.1, p.134-148, jan./mar., 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento técnico CPC 09: demonstração do valor adicionado. Brasília, 2008.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

EVRAERT, Serge; RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. Usefulness of Value Added Reporting: a review and synthesis of the literature. **Managerial Finance**, v. 24, n. 11, 1998, p. 1-15.

FIPECAFI, **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GALLIZO LARRAZ, Jose Luiz. La información contable del valor añadido y su reparto social. **Tecnica Contable**, n. 503, noviembre 1990b, p. 481-494, y 544.

MACHADO, Márcio A.V.; MACEDO, Marcelo A.S.; MACHADO, Márcia R. Análise do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado de Capitais Brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo EV. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Frase, 2002.

RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. Executive compensation, organizational effectiveness, social performance and firm performance: An empirical investigation. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 19, n. 1, p. 25-38, 1992.

WELTER, Elisa; OBERGER, Rosimeri e VANZELLA, Cezar Roberto. “A Demonstração *do* Valor Adicionado – DVA: Um estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico”. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005.